



**PREGÃO ELETRÔNICO 61/2023**  
**UASG 982691**

**EDITAL RETIFICADO 2**

**OBJETO**

REGISTRO DE PREÇOS para a futura e eventual **LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E UTILITÁRIOS COM COMBUSTÍVEL E CONDUTOR** para atender às demandas das secretarias do Município.

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

O Município de Juatuba/MG reserva-se ao direito de só divulgar o valor estimado após o encerramento da fase de lances do Pregão conforme descrito no ANEXO I.

**DATA DA E LOCAL SESSÃO PÚBLICA**

**Dia 18 de MARÇO de 2024 às 08:30** horas (horário de Brasília) **COMPRASNET** – [www.comprasgovernamentais.com.br](http://www.comprasgovernamentais.com.br)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

Menor Preço por LOTE

**MODO DE DISPUTA:**

Aberto e Fechado

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

**ANEXOS**

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II- Modelo de Proposta

Anexo III- Minuta da Ata de Registro de Preços

Anexo IV- Minuta do Contrato

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 61/2023**

Processo Administrativo nº313/2023

O Município de Juatuba, através do seu Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio, instituída pela Portaria n.º 26 de 17 de maio de 2023, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 2896 de 03 de fevereiro de 2023, e demais condições fixadas neste instrumento convocatório, comunica que fará realizar na hora e local abaixo descritos, licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, mediante condições a seguir especificadas.

### **1. DO OBJETO**

O objeto da presente licitação é a futura e eventual **LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E UTILITÁRIOS COM COMBUSTÍVEL E CONDUTOR** para atender as demandas das secretarias do Município, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1.1.** A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens for de seu interesse.

### **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**2.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados cujo objeto social seja compatível com o licitado e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

**2.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**2.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**2.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**2.5.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o

microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

**2.6. Não poderão disputar esta licitação:**

**2.6.1.** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**2.6.2.** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**2.6.3.** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**2.6.4.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.6.5.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**2.6.6.** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**2.6.7.** agente público do órgão ou entidade licitante;

**2.6.8.** pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

**2.6.9.** Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em "consórcio".

**2.6.10.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**2.6.11.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.7.** O impedimento de que trata o item 2.6.3 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**2.8.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

**2.9.** A vedação de que trata o item 2.6.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**3.1.** Na presente licitação, ocorrerá a fase de apresentação de propostas e lances e de julgamento, posteriormente a fase de habilitação.

**3.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**3.3.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**3.3.1.** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**3.3.2.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

**3.3.3.** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

**3.3.4.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**3.3.5.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**3.4.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em

seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

**3.4.1.** No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

**3.4.2.** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**3.5.** A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

**3.6.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**3.7.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**3.8.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**3.9.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**4.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**4.1.1.** Valor unitário e total do item;

**4.1.2.** Marca e modelo dos veículos ofertados; (quando estes já estiverem disponíveis, a falta desta informação não desclassifica a proposta)

**4.1.3.** Fabricante quando for o caso;

**4.1.4.** Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

**4.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**4.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**4.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de

pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. Não serão aceitas propostas com quantitativos inferiores ao do edital.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. Será desclassificada a proposta que não mantenha sob sigilo a identificação do licitante antes da finalização da etapa de lances.

5.3.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.3.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**5.7. O lance deverá ser ofertado pelo valor UNITÁRIO (lote)**

5.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**5.9.** O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**5.10.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta serão aqueles informados no sistema devido a variação de itens.

**5.11.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

**5.12.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa **ABERTO E FECHADO**.

**5.12.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**5.12.2.** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**5.12.3.** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

**5.12.4.** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**5.12.5.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**5.13.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**5.14.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**5.15.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**5.16.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**5.17.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**5.18.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno



porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

**5.18.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**5.18.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**5.18.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**5.18.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**5.19.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**5.19.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

**5.19.1.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**5.19.1.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**5.19.1.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**5.19.1.4.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**5.19.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**5.19.2.1.** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**5.19.2.2.** empresas brasileiras;

**5.19.2.3.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;



**5.19.2.4.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

**5.20.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**5.20.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**5.20.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**5.20.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**5.20.4.** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**5.20.5.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**5.21.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO**

**6.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**6.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

**6.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por

parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

**6.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

**6.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

**6.3.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**6.4.** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**6.5.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e 3.4 deste edital.

**6.6.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

**6.7.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**6.7.1.** conter vícios insanáveis;

**6.7.2.** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**6.7.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**6.7.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**6.7.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**6.7.6.** A inexequibilidade da proposta só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

**6.7.6.1.** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**6.7.6.2.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**6.8.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**7.1.** Os documentos previstos abaixo, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

### **7.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

### 7.3. REGULARIDADE FISCAL E SOCIAL

- a) Certidão conjunta como Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e Regularidade com a Fazenda Federal, observada sua validade.
- b) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), observada sua validade.
- c) Prova de regularidade para com as Fazendas Municipal e Estadual/Distrital, observada sua validade.

### 7.4. REGULARIDADE TRABALHISTA

- a) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, com a redação dada pela Lei Federal nº 12.440/2011.

### 7.5. Documentação relativa à Qualificação Econômico-Financeira que consistirá em:

**7.5.1.** A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica da licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato/fornecimento, conforme art. 69 da Lei nº 14.133/21 e deverá ser comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
  - a.1. Será permitida a participação de pessoa jurídica que esteja em recuperação judicial, sendo exigida a apresentação, durante a fase de habilitação, o Plano de Recuperação homologado por juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos neste Edital.
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;
- c) Comprovação da boa situação financeira da empresa, mediante a apresentação da memória de cálculo, em folha separada, **assinada por profissional competente da área contábil** (conforme permitido no § 1º do art. 69 da Lei 14.133/21), demonstrando Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), demonstrando o atendimento aos índices a seguir expostos:

$$\text{a) } \text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \geq 1,00$$

$$\text{b) ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,00$$

$$\text{c) ISG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \geq 1,00$$

c.1. Caso os índices não alcancem os parâmetros acima estabelecidos, poderão ser substituídos pela comprovação do patrimônio líquido, com valor de 10% (dez por cento) do total estimado para a contratação.

**7.7.2** No caso de sociedade anônima, apresentar também a comprovação de publicação na Imprensa Oficial do balanço e demonstrações contábeis e da ata de aprovação devidamente arquivada na Junta Comercial.

**7.6.** Será considerada inabilitada a licitante que não conseguir comprovar a boa situação financeira da empresa conforme acima exposto.

**7.7.** Os documentos exigidos neste Pregão poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório/órgão competente ou pelo Pregoeiro ou publicação em órgão da imprensa oficial.

**7.8.** A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

**7.8.1.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

**7.9.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

**7.9.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

**7.10.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**7.10.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital (preferencialmente em PDF), no prazo estipulado pelo pregoeiro via chat, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

**7.11.** A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**7.11.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**7.12.** Após a inserção dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

**7.12.1.** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

**7.12.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**7.12.3.** na aplicação / utilização do Acórdão 1211/2021.

**7.13.** Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**7.14.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

**7.15.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

#### **7.16. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**A -** Apresentar no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica em nome da licitante, emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em que conste a comprovação que a CONTRATADA prestou serviço de **LOCAÇÃO DE VEÍCULO COM CONDUTOR**.

1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

2. O licitante disponibilizará quando lhe for solicitado todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**B . No caso de Cooperativa: Registro da mesma na OCEMG;**

**C - Declaração que o licitante disporá, mediante homologação do processo, de infraestrutura e mão de obra especializada suficiente para execução do objeto.**

**7.17.** Os documentos exigidos neste Pregão poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório/órgão competente ou pelo Pregoeiro ou publicação em órgão da imprensa oficial.

**7.18.** A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

**7.18.1.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

**7.19.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

**7.19.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

**7.20.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**7.20.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital (preferencialmente em PDF), no prazo estipulado pelo pregoeiro via chat, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

**7.21.** A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**7.21.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**7.22.** Após a inserção dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

**7.22.1.** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

**7.22.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**7.22.3.** na aplicação / utilização do Acórdão 1211/2021.

**7.23.** Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**7.24.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

**7.25.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

## **8. DOS RECURSOS**

**8.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**8.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**8.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**8.3.1.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**8.3.2.** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.**

**8.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**8.6.** Os recursos interpostos fora do prazo e fora do sistema não serão conhecidos.

**8.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**8.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**8.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**9.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**9.1.1.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

**9.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

**9.1.2.1.** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;



- 9.1.2.2.** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 9.1.2.3.** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 9.1.2.4.** deixar de apresentar amostra;
- 9.1.2.5.** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 9.1.3.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 9.1.3.1.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 9.1.4.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 9.1.5.** fraudar a licitação
- 9.1.6.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - 9.1.6.1.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 9.1.6.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 9.1.6.3.** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 9.1.7.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 9.1.8.** praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 9.2.** Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  - 9.2.1.** advertência;
  - 9.2.2.** multa;
  - 9.2.3.** impedimento de licitar e contratar e
  - 9.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
  - 9.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 9.3.2.** as peculiaridades do caso concreto
  - 9.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes
  - 9.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública
  - 9.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o

descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

**9.5.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão designada.

**9.6.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**9.7.** Demais sanções conforme Decreto Municipal nº 2931 de 17 de maio de 2023.

## **10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**10.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**10.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**10.3.** Os pedidos de esclarecimentos e impugnações deverão ser enviados via INTERNET para o endereço eletrônico [licitacao@juatuba.mg.gov.br](mailto:licitacao@juatuba.mg.gov.br).

**10.4.** A impugnação não possui efeito suspensivo e será decidida sobre a impugnação no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

**10.5.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada nos autos do processo de licitação.

**10.6.** Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

## **11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**11.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**11.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**11.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**11.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**11.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**11.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**11.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**11.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**11.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**11.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) (comprasnet) e endereço eletrônico [www.juatuba.mg.gov.br](http://www.juatuba.mg.gov.br) .

Juatuba, 29 de fevereiro de 2024

**José Marcio de Oliveira**  
**Secretário Municipal de Administração**

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA****1 OBJETO**

**1.1** Constitui o objeto da presente licitação a futura e eventual **locação de veículos leves e utilitários com combustível e condutor** para atender as demandas das secretarias do Município, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste TERMO DE REFERÊNCIA e edital.

**1.2** *Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no site [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) e as especificações técnicas constantes no Termo de Referência – Anexo I, o licitante deverá obedecer a este último.*

**2 JUSTIFICATIVA**

- 2.1** A presente contratação almeja suprir as demandas dos contratos 0051/2021 e 161/2019 que não foram renovados, bem como do contrato emergencial 0061/2023.
- 2.2** Trata-se de um serviço de natureza essencial do serviço, que atenderá desde demandas administrativas e de movimentação de materiais, até a movimentação de pacientes do Tratamento Fora do Município (TFD), inclusive pacientes oncológicos e de hemodiálise para tratamento nos centros de saúde especializados parceiros do Município de Juatuba. Os veículos atenderão, ainda, as visitas ambientais e a movimentação de animais pelo Animal Luz e a movimentação de alimentos para a merenda escolar.
- 2.3** A decisão entre veículos com e sem motorista levou em consideração as demandas apontadas pela secretarias, correlacionadas à disponibilidade de motoristas efetivos e de veículos próprios, no intuito de redistribuir as atividades entre efetivos e serviços terceirizados, reduzindo a sobrecarga e o excesso de horas de trabalho excedentes.
- 2.4** Ressaltamos que a demanda de veículos não se faz líquida e certa. Mesmo considerando que o Setor de Transportes fez um levantamento junto às Secretarias, a necessidade de inclusão de novos veículos bem como a modificação do tipo de veículo (exemplo, troca de Hatch para Sedan) para melhor atendimento às demandas é algo latente na presente administração. Tais mudanças têm ocorrido tanto conforme disponibilidade financeira para contratação, quanto para adequar aos tipos de serviços prestados pelo município. Há que se considerar ainda outras demandas que são incertas, como, por exemplo, a possibilidade de locação de um veículo utilitário para movimentação de animais para o Projeto Animal Luz, que ainda não é líquida e certa, porém é almejada. Desta forma, optamos pela contratação via Sistema de Registro de Preços, para garantir esta flexibilidade no atendimento da demanda.

- 2.5** Urge salientar que a opção por terceirizar este tipo de serviços se dá por diversos fatores que foram ponderados durante o processo decisório, dentre ele: Não requer da Administração estrutura para gestão, manutenção e reparos de veículos; garante a continuidade do serviço posto que não oscila com veículos quebrados ou sucateados, dispondo, como característica básica do contrato a disponibilização de veículos semi-novos, modernos, confortáveis e com seguro.
- 2.6** Considerando a necessidade de padronização, optou-se por veículos com cores discretas (branco, prata ou cinza), principalmente para garantir o acesso nas periferias do município de maneira discreta, prezando pela segurança dos servidores e dos munícipes.
- 2.7** A natureza do objeto a ser contratado, do tipo **comum**, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo presente Termo de Referência, por meio de especificações usuais de mercado.

### 3 DESCRIÇÃO DOS ITENS

Item	Código	Descrição do Produto	Quantidade	Unidade
0001	00001 4022	KILOMETRAGEM EXCEDENTE A FRANQUIA PARA VEÍCULOS KILOMETRAGEM EXCEDENTE A FRANQUIA PARA VEÍCULOS TIPO FURGÃO PARA O VEÍCULO TIPO UTILITÁRIO CLIMATIZADO	12.000	KM
0002	00001 4022	KILOMETRAGEM EXCEDENTE A FRANQUIA PARA VEÍCULOS KILOMETRAGEM EXCEDENTE MAXIMO DE 1000 KM MENSAL PARA O VEÍCULO DE PASSEIO 4 PASSAGEIROS EM ATÉ 70% DO VALOR DO KM	12.000	KM
0003	00001 4022	KILOMETRAGEM EXCEDENTE A FRANQUIA PARA VEÍCULOS KILOMETRAGEM EXCEDENTE MAXIMO DE 1000 KM MENSAL PARA O VEÍCULO TIPO PICKUP CABINE DUPLA DE 4 PASSAGEIROS EM ATÉ 70% DO VALOR DO KM	12.000	KM
0004	00001 4022	KILOMETRAGEM EXCEDENTE A FRANQUIA PARA VEÍCULOS KILOMETRAGEM EXCEDENTE MAXIMO DE 2000 KM MENSAL Para o veículo tipo veículo de passeio 4 passageiros em até 70% do valor do km	36.000	KM
0005	00001 4022	KILOMETRAGEM EXCEDENTE A FRANQUIA PARA VEÍCULOS KILOMETRAGEM EXCEDENTE MAXIMO DE 2000 KM MENSAL Para o veículo tipo veículo de passeio 6 passageiros em até 70% do valor do km	24.000	KM
0006	00000 0157	LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTIVO TIPO FURGÃO LOCAÇÃO DE VEÍCULO LEVE E UTILITÁRIO VEÍCULO UTILITÁRIO REFRIGERADO PARA MOVIMENTAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS, TIPO FURGÃO, DE FABRICAÇÃO NACIONAL, CABINE SIMPLES, COM CONDUTOR, COM COMBUSTÍVEL. CAPACIDADE 01 PASSAGEIRO E 1 MOTORISTA, 02 (DUAS ) PORTAS LATERAIS, MOTOR BICOMBUSTÍVEL (GASOLINA/ETANOL) POTÊNCIA IGUAL OU SUPERIOR A 88 CV (ETANOL) 85 CV ( GASOLINA) MOTOR MÍNIMO 1.4, DIREÇÃO HIDRÁULICA , AR CONDICIONADO, VIDROS ELÉTRICOS, TRAVA ELÉTRICA DAS PORTAS, COMPARTIMENTO DE CARGA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 3000 LITROS E 400KG. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: A ÁREA DE REFRIGERAÇÃO DEVERÁ SER CONSTITUÍDA DE MATERIAL LISO, RESISTENTE, IMPERMEÁVEL E ATÓXICO; DEVE POSSUIR O PISO E AS LATERAIS DA CARROCERIA ISENTOS DE FRESTAS OU BURACOS IMPEDINDO A PASSAGEM DE UMIDADE E/OU POEIRA PARA A CARGA, BEM COMO O VAZAMENTO DE RESÍDUOS, DEVE POSSUIR SISTEMA	24	SV

		GERADOR DE FRIO, CONSERVANDO A TEMPERATURA ENTRE -18 E -12 °C. ESTE VEÍCULO DEVERÁ CONTA COM PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRONIZADO - POP - DE LIMPEZA E UTILIZAR SOMENTE PRODUTOS DE LIMPEZA REGULARIZADOS JUNTO À AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) CONFORME ORIENTAÇÕES DAS NUTRICIONISTAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. DEVERÁ DISPOR DE TERMÔMETRO CALIBRADO PARA ACOMPANHAMENTO DA TEMPERATURA. ANO DE FABRICAÇÃO 2018 / MODELO 2019 OU POSTERIOR. INCLUSO SISTEMA DE TELIMETRIA (RASTREADOR). FRANQUIA DE 2.000 KM/MÊS COM EXCEDENTE DE MAXIMO DE 1000 KM A ATÉ 70% DO VALOR DO KM PREFERENCIALMENTE DA COR BRANCA		
0007	00001 1969	LOCAÇÃO DE VEÍCULO DE PASSEIO (04 PORTAS) COM CONDUTOR LOCAÇÃO DE VEÍCULOS DE PASSEIO DE FABRICAÇÃO NACIONAL, COM CONDUTOR, COM COMBUSTÍVEL, COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E/OU CORRETIVA INCLUSAS E SEGURO CONTRA TERCEIROS. VEÍCULO HATCH, COM CAPACIDADE 04 (QUATRO) PASSAGEIROS, 04 PORTAS LATERAIS, MOTOR 03 CILINDROS, BICOMBUSTÍVEL (GASOLINA/ÁLCOOL) POTÊNCIA IGUAL OU SUPERIOR A 82 CV, MOTOR 1.0 OU SUPERIOR, DIREÇÃO ELÉTRICA, AR CONDICIONADO, VIDROS ELÉTRICOS NAS PORTAS, TRAVA ELÉTRICA DAS 04 PORTAS, COMPARTIMENTO DE CARGA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 280 LITROS, DESEMPAÇADOR DO VIDRO TRASEIRO, SISTEMA DE PARTIDA A FRIO SEM RESERVATÓRIO ADICIONAL DE GASOLINA, RÁDIO AM/FM COM SAÍDA USB. ANO DE FABRICAÇÃO 2022 / MODELO 2022 OU POSTERIOR. FRANQUIA DE 2.000 KM/MÊS COM EXCEDENTE MAXIMO DE 1000 KM A ATÉ 70% DO VALOR DO KM VEICULOS DE COR BRANCO E CINZA	24	SV
0008	00001 1969	LOCAÇÃO DE VEÍCULO DE PASSEIO (04 PORTAS) COM CONDUTOR LOCAÇÃO DE VEÍCULO DE PASSEIO (04 PORTAS) COM CONDUTOR LOCAÇÃO DE VEÍCULOS DE PASSEIO, COM CONDUTOR, COM COMBUSTIVEL, COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E/OU CORRETIVA INCLUSAS E SEGURO CONTRA TERCEIROS. VEÍCULO TIPO MINIVAN, COM CAPACIDADE DE 6 (SEIS) PASSAGEIROS, 04 PORTAS LATERAIS, MOTOR 04 CILINDROS, BICOMBUSTÍVEL (GASOLINA/ÁLCOOL) POTÊNCIA IGUAL OU SUPERIOR A 106 CV, MOTOR MÍNIMO 1.6, DIREÇÃO ELÉTRICA, AR CONDICIONADO, VIDROS ELÉTRICOS NAS PORTAS, TRAVA ELÉTRICA DAS 04 PORTAS, COMPARTIMENTO DE CARGA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 160, DESEMPAÇADOR DO VIDRO TRASEIRO, SISTEMA DE PARTIDA A FRIO, RÁDIO AM/FM COM SAÍDA USB. ANO DE FABRICAÇÃO 2022 OU POSTERIOR. INCLUSO SISTEMA DE TELIMETRIA (RASTREADOR). FRANQUIA DE 4.000KM / MÊS COM EXCEDENTE MAXIMO 2000 KM A ATÉ 70% DO VALOR DO KM VEÍCULOS DE COR BRANCO OU CINZA	36	SV
0009	00001 1969	LOCAÇÃO DE VEÍCULO DE PASSEIO (04 PORTAS) COM CONDUTOR LOCAÇÃO DE VEÍCULO DE PASSEIO (04 PORTAS) COM CONDUTOR, COM CONDUTOR, COM COMBUSTIVEL, COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E/OU CORRETIVA INCLUSAS E SEGURO CONTRA TERCEIROS. VEÍCULO HATCH, COM CAPACIDADE 04 (QUATRO) PASSAGEIROS, 04 PORTAS LATERAIS, MOTOR 03 CILINDROS, BICOMBUSTÍVEL (GASOLINA/ÁLCOOL) POTÊNCIA IGUAL OU SUPERIOR A 82 CV, MOTOR 1.0 OU SUPERIOR, DIREÇÃO ELÉTRICA, AR CONDICIONADO, VIDROS ELÉTRICOS NAS PORTAS, TRAVA ELÉTRICA DAS 04 PORTAS, COMPARTIMENTO DE CARGA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 280 LITROS, DESEMPAÇADOR DO VIDRO TRASEIRO, SISTEMA DE PARTIDA A FRIO SEM RESERVATÓRIO ADICIONAL DE GASOLINA, RÁDIO AM/FM COM SAÍDA USB. ANO DE FABRICAÇÃO 2022 OU POSTERIOR. INCLUSO SISTEMA DE TELIMETRIA (RASTREADOR). FRANQUIA DE 4.000 KM / MÊS COM EXCEDENTE DE MAXIMO DE 2000 KM A ATÉ 70% DO VALOR DO KM VEÍCULOS DE CORES BRANCO OU CINZA	60	SV
0010	00000 0158	LOCAÇÃO DE VEÍCULO PICK-UP CABINE DUPLA. VEÍCULO TIPO PICK UP CABINE DUPLA - 4 PORTAS UTILITÁRIO, TIPO PICK-UP 04 PORTAS DE FABRICAÇÃO NACIONAL, CABINE DUPLA, COM CONDUTOR E COM COMBUSTIVEL, COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E/OU CORRETIVA INCLUSAS; LIMPEZA E SEGURO CONTRA TERCEIROS INCLUSOS.	24	SV

		<p>CAPACIDADE 04 PASSAGEIROS, 04 (QUATRO) PORTAS, MOTOR BICOMBUSTÍVEL (GASOLINA/ÁLCOOL) POTÊNCIA IGUAL OU SUPERIOR A 88 CV (ETANOL) 85 CV (GASOLINA), MOTOR MÍNIMO 1.3, DIREÇÃO HIDRÁULICA, AR CONDICIONADO, VIDROS ELÉTRICOS, TRAVA ELÉTRICA DAS PORTAS, COMPARTIMENTO DE CARGA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 800 LITROS, CARGA ÚTIL MÁXIMA DE 650 KG, TAMPA DA CAÇAMBA COM AMORTECEDOR E CHAVE, BARRA DE APOIO PARA CARGA NO TETO, GRADE PROTETIVA DA JANELA TRASEIRA, COM CARROCERIA COBERTA. RÁDIO AM/FM COM SAÍDA USB. ANO DE FABRICAÇÃO A PARTIR DE 2022. INCLUSO SISTEMA DE TELIMETRIA (RASTREADOR). FRANQUIA DE 2.000 KM/MÊS COM EXCEDENTE MÁXIMO DE 1000 KM A ATÉ 70% DO VALOR DO KM VEÍCULO DE COR BRANCO E CINZA</p>		
--	--	--	--	--

**OS LOTES SERÃO FORMADOS DA SEGUINTE FORMA:**

**LOTE 001 – VEÍCULO (05 LUGARES)**

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QTDE	UN	PEDIDO MÍNIMO
04	014022	<b>KILOMETRAGEM EXCEDENTE A FRANQUIA PARA VEÍCULOS</b> Para o veículo tipo veículo de passeio 4 passageiros em até 70% do valor do km	36000	km	12000
09	014022 011969	<b>LOCAÇÃO DE VEÍCULO DE PASSEIO (04 PORTAS) COM CONDUTOR (SAÚDE)</b> Locação de veículos de passeio de fabricação nacional, com condutor, com combustível, com manutenção preventiva e/ou corretiva inclusas e seguro contra terceiros. Veículo hatch, com capacidade 04 (quatro) passageiros, 04 portas laterais, motor 03 cilindros, bicombustível (gasolina/álcool) potência igual ou superior a 82 cv, motor 1.0 ou superior, direção elétrica, ar condicionado, vidros elétricos nas portas, trava elétrica das 04 portas, compartimento de carga com capacidade mínima de 280 litros, desembalador do vidro traseiro, sistema de partida a frio sem reservatório adicional de gasolina, RÁDIO AM/FM COM SAÍDA USB. ANO DE FABRICAÇÃO 2022 / MODELO 2022 OU POSTERIOR. - Incluso sistema de telemetria (rastreador). - Franquia de 4.000km / mês com excedente de até 2000 km a até 70% do valor do km - Veículo de cor BRANCA e CINZA	60	SV	12

**LOTE 002 – VEÍCULO (07 LUGARES)**

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QTDE	UN	PEDIDO MÍNIMO
05	014022	<b>KILOMETRAGEM EXCEDENTE A FRANQUIA PARA VEÍCULOS</b> Para o veículo tipo veículo de passeio 6 passageiros em até 70% do valor do km	24000	KM	12000
08	011969	<b>LOCAÇÃO DE VEÍCULO DE PASSEIO (04 PORTAS) COM CONDUTOR (SAÚDE)</b> Locação de veículo de passeio (04 portas), com condutor, com combustível, com manutenção preventiva e/ou corretiva inclusas e seguro contra terceiros. Veículo tipo minivan, com capacidade mínima de 06 (seis) passageiros, 04 portas laterais, motor 04 cilindros, bicombustível (gasolina/álcool) potência igual ou superior a 106 cv, motor mínimo 1.6, direção elétrica, ar condicionado, vidros elétricos nas portas, trava elétrica das 04 portas, Compartimento de carga com capacidade mínima de 160, desembalador do vidro traseiro, sistema de partida a frio, rádio AM/FM com saída USB. Ano de fabricação 2022 / modelo 2022 ou posterior. - Incluso sistema de telemetria (rastreador). - Franquia de 4.000km / mês com excedente de até 2000 km a até 70% do valor do km - Veículos de cor BRANCO e CINZA	36	SV	12

**LOTE 003 – VEÍCULO (05 LUGARES)**

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QTDE	UN	PEDIDO MÍNIMO
003		<b>KILOMETRAGEM EXCEDENTE A FRANQUIA PARA VEÍCULOS</b> Para o veículo tipo pickup veículo de passeio 4 passageiros em até 70% do valor do km	12000	KM	6.000
010		<b>LOCAÇÃO DE VEÍCULO PICK-UP CABINE DUPLA (MEIO AMBIENTE)</b> Utilitário, tipo pick-up 04 portas de fabricação nacional, cabine dupla, com condutor e com combustível, com manutenção preventiva e/ou corretiva inclusas; limpeza e seguro contra terceiros inclusos. Capacidade 04 passageiros, 04 (quatro) portas, motor bicombustível (gasolina/álcool) potência igual ou superior a 88 cv (etanol) 85 cv (gasolina), motor mínimo 1.3, direção hidráulica, ar condicionado, vidros elétricos, trava elétrica das portas, compartimento	24	SV	12000



		de carga com capacidade mínima de 800 litros, carga útil máxima de 650 kg, tampa da caçamba com amortecedor e chave, barra de apoio para carga no teto, grade protetiva da janela traseira, com carroceria coberta. Rádio AM/FM com saída USB. - Ano de fabricação a partir de 2022. - Incluso sistema de telemetria (rastreador). - Franquia de 2.000 KM/MÊS com excedente de até 1000 km a até 70% do valor do km - Veículo de cor BRANCO e CINZA			
--	--	---	--	--	--

**LOTE 004 – VEÍCULO (05 LUGARES)**

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QTDE	UN	PEDIDO MÍNIMO
002	014022	<b>KILOMETRAGEM EXCEDENTE A FRANQUIA PARA VEÍCULOS</b> Para o veículo tipo veículo de passeio 4 passageiros em até 70% do valor do km	12000	KM	6000
007	011969	<b>LOCAÇÃO DE VEÍCULO DE PASSEIO (04 PORTAS) COM CONDUTOR (MEIO AMBIENTE)</b> Locação de veículos de passeio de fabricação nacional, com condutor, com combustível, com manutenção preventiva e/ou corretiva inclusas e seguro contra terceiros. Veículo hatch, com capacidade 04 (quatro) passageiros, 04 portas laterais, motor 03 cilindros, bicombustível (gasolina/álcool) potência igual ou superior a 82 cv, motor 1.0 ou superior, direção elétrica, ar condicionado, vidros elétricos nas portas, trava elétrica das 04 portas, compartimento de carga com capacidade mínima de 280 litros, desembaçador do vidro traseiro, sistema de partida a frio sem reservatório adicional de gasolina, rádio AM/FM com saída USB. Ano de fabricação 2022 / modelo 2022 ou posterior. - Incluso sistema de telemetria (rastreador). - Franquia de 2000 quilômetros com excedente de até 1000 km a até 70% do valor do km - Veículo de cor BRANCA e CINZA	24	SV	12

**LOTE 005 – VEÍCULO (02 LUGARES)**

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QTDE	UN	PEDIDO MÍNIMO
001	014022	<b>KILOMETRAGEM EXCEDENTE A FRANQUIA PARA VEÍCULOS TIPO FURGÃO</b> Para o veículo tipo utilitário climatizado	12000	KM	6000
006	000157	<b>LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTIVO TIPO FURGÃO (EDUCAÇÃO)</b> Locação de veículo leve e utilitário Veículo utilitário refrigerado para movimentação de produtos alimentícios, tipo furgão, de fabricação nacional, cabine simples, com condutor, com combustível. Capacidade 01 passageiro e 1 motorista, 02 (duas ) portas laterais, motor bicombustível (gasolina/etanol) potência igual ou superior a 88 cv (etanol) 85 cv ( gasolina) motor mínimo 1.4, direção hidráulica , ar condicionado, vidros elétricos, trava elétrica das portas, compartimento de carga com capacidade mínima de 3000 litros e 400kg. Características adicionais: a área de refrigeração deverá ser constituída de material liso, resistente, impermeável e atóxico; deve possuir o piso e as laterais da carroceria isentos de frestas ou buracos impedindo a passagem de umidade e/ou poeira para a carga, bem como o vazamento de resíduos, deve possuir sistema gerador de frio, conservando a temperatura entre -18 e -12 °c. Este veículo deverá contar com procedimento operacional padronizado - pop - de limpeza e utilizar somente produtos de limpeza regularizados junto à agência nacional de vigilância sanitária (anvisa) conforme orientações das nutricionistas da secretaria de educação. Deverá dispor de termômetro calibrado para acompanhamento da temperatura. Ano de fabricação 2018 / modelo 2019 ou posterior. Incluso sistema de telemetria (rastreador). Franquia de 2.000 km/mês com excedente de até 1000 km a até 70% do valor do km Preferencialmente da cor branca	24	SV	12

3.1. No campo Unidade, a sigla SV refere-se a serviço, ou seja, o serviço de locação para 12 meses multiplicados pela quantidade de veículos.

3.1.1. No lote 01 serão locados 05 (cinco) veículos conforme descrição do item;

3.1.2. No lote 02 será locado 03 (três) veículo conforme descrição do item;

3.1.3. No lote 03 será locado 02 (dois) veículo conforme descrição do item;

3.1.4. No lote 04 serão locados 02 (dois) veículos conforme descrição do item;

3.1.5. No lote 05 serão locados 02 (dois) veículos conforme descrição do item.

**4- DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO**

- 4.1 O condutor deverá ser da empresa contratada e com experiência no tipo de transporte. Todos os custos com salários do condutor, alimentação e encargos trabalhistas, serão de responsabilidade da CONTRATADA,
- 4.2 Os veículos devem apresentar-se identificados com placas “à serviço da Prefeitura de Juatuba”, em até 24 horas após o início da prestação do serviço.
- 4.3 Os motoristas devem atuar sempre com cordialidade, auxiliando no embarque e desembarque de passageiros, bagagens e materiais, sempre que necessário ou solicitado.
- 4.4 Os condutores deverão estar habilitados para a categoria e possuir cursos compatíveis com o tipo de transporte, inclusive com a qualificação para quem “exerce atividade remunerada”.
- 4.5 A CONTRATANTE, não arcará com ônus de qualquer natureza com o deslocamento do veículo da garagem do prestador de serviços, até o ponto de partida indicado pelo Setor de Transporte, dentro do município.
- 4.6 A CONTRATADA não poderá subcontratar outra prestadora de serviço para o mesmo objeto do contrato.
- 4.7 Caso o veículo apresente algum defeito (mecânico, elétrico, batidas que impossibilitem de executar o serviço) a empresa deverá disponibilizar imediatamente outro veículo para a conclusão e continuidade da prestação de serviços.
- 4.8 Os veículos deverão estar devidamente registrados e licenciados em nome da empresa contratada, que na ocasião da assinatura do Contrato e entrega do veículo, deverão apresentar:
- a) Apólice de seguro (por veículo)
  - b) Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV), exigível no ano corrente, devendo ser reapresentado anualmente.

#### **DA MANUTENÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DOS VEÍCULOS**

- 4.9 A contratada se compromete a manter os veículos limpos e em boas condições operacionais, mecânicas e elétricas, funilaria, pintura e pneus, executando regulagens e reparos necessários e substituindo as peças que, por defeito ou desgaste normal, prejudiquem o seu bom desempenho.
- 4.10 Os pneus deverão ser substituídos por novos, devidamente balanceados e alinhados, sempre que houver seu desgaste normal, ficando sobre responsabilidade da CONTRATADA monitorar suas condições.
- 4.11 A Prefeitura de Juatuba notificará a contratada sobre qualquer defeito ou má condição dos veículos, quando estes não forem sanados por iniciativa do motorista.
- 4.12 Os técnicos da CONTRATADA, desde que devidamente identificados, terão livre acesso ao pátio onde os veículos estiverem localizados para fins de execução de consertos ou substituição de peças, munidos da ordem de serviço expedida pela CONTRATADA, desde que, devidamente acompanhados pelo motorista responsável pelo veículo.

- 4.13 Quando os veículos necessitarem de serviços de manutenção externa, a CONTRATADA será responsável pela sua retirada e devolução.
- 4.13.1 Quando houver agendamento de manutenção de veículos que impeça a prestação dos serviços, é de responsabilidade da CONTRATADA realizar a disponibilização de outro veículo para prestação de serviços.
- 4.14 É responsabilidade da CONTRATADA substituir o veículo por outro similar, imediatamente em caso de manutenção preventiva/corretiva e em caso de sinistro, roubo, incêndio ou perda total.
- 4.14.1 Em qualquer das hipóteses, a contratada deverá providenciar a substituição imediatamente, limitado ao prazo máximo de 1h (uma hora);
- 4.15 Diante da necessidade de substituição de veículos por quaisquer motivos, o veículo substituto deverá ser similar ou superior ao substituído, sem ônus para a Prefeitura;
- 4.16 A entrega/transporte do veículo locado em substituição ao avariado/sinistrado ou quaisquer outras situações é de inteira responsabilidade da contratada;

#### **DO SEGURO DOS VEÍCULOS**

- 4.17 A contratada deverá disponibilizar 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados, o serviço de socorro mecânico com guincho, bem como transporte dos passageiros do veículo em caso de sinistro ou pane, sendo de sua inteira responsabilidade e sem custo adicional para a Prefeitura.
- 4.18 Os veículos locados deverão ter cobertura de seguro total contra avarias por colisão, roubo, furto, incêndio, vidros, pára-brisas, faróis e perda total do veículo, veículos de terceiros, danos pessoais (materiais e corporais).
- 4.18.1 A cobertura de riscos para danos materiais causados a terceiros (DM) no valor mínimo de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), danos corporais causados a terceiros (DC) no valor mínimo de R\$100.000,00 (cem mil reais), acidente por passageiro (APP) no caso de morte de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e acidente por passageiros (APP) no caso de invalidez de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).
- 4.19 Em caso de sinistro, a CONTRATADA deverá apresentar ao Setor de Transporte obrigatoriamente:
- 4.19.1 Boletim de Ocorrência Policial
- 4.19.2 Cópia de documentos pessoais do condutor do veículo.

#### **DOS CONDUTORES**

- 4.20 Os condutores deverão cumprir todas as exigências da legislação de trânsito.
- 4.21 Somente poderão conduzir veículos os condutores previamente aprovados pelo Município, mediante autorização específica, precedida da comprovação das seguintes condições:
- I - Ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;
  - II - Ser portador da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) na categoria específica para o veículo que conduzirá, inclusive informando que “exerce atividade remunerada”;

III - Ausência de infrações de trânsito de natureza grave ou gravíssima, ou reincidência em infrações médias nos últimos 12(doze) meses;

4.21.1 As multas porventura imputadas aos veículos em locação, em função das infrações à legislação de trânsito, deverão ser pagas pela CONTRATADA, respeitando o prazo legal.

## **4.22 INFORMAÇÕES GERAIS**

4.23 Todos os veículos disponibilizados deverão contar com mecanismos certificados, lacrados e invioláveis que possibilita a real aferição diária da quilometragem rodada, e possuir equipamento específico para monitoramento do veículo em tempo real (rastreador), bem como a aferição da quilometragem por meio de relatórios emitidos por meio de GPS (Sistema de Posicionamento Global).

4.24 Mensalmente, o Setor de Transportes ou a Secretaria requisitante irá realizar a “Abertura da Franquia” mediante envio da Autorização de Fornecimento e/ou Ordem de Serviço.

4.24.1 A partir da data de recebimento serão contados os 30 (trinta) dias para uso da franquias e, apenas mediante os relatórios de prestação de serviços (parte diária), para fins de apuração do serviço executado e dos eventuais quilômetros excedentes, será autorizada a emissão da Nota Fiscal.

4.24.2 As Partes Diárias deverão ser preenchidas pelos motoristas, conforme modelo disponibilizado pela CONTRATANTE, sendo submetida à conferência e acompanhamento do Setor de Transportes e/ou Secretaria Requisitante.

4.25 Todos os veículos utilizados e fornecidos deverão estar em plenas condições de habilitação frente aos órgãos de trânsito, em especial ao DETRAN/MG, podendo ser requerida pela CONTRATANTE a qualquer tempo, as eventuais documentações comprobatórias.

4.26 Os veículos serão utilizados em vias pavimentadas e não pavimentadas.

4.26.1 Os veículos locados serão utilizados em áreas urbanas, áreas rurais, estradas federais, estaduais, municipais, vicinais e de fazendas, em viagens municipais, intermunicipais e/ou interestaduais, conforme demanda.

4.27 A quilometragem dos veículos é estabelecida através de franquias nas quantidades definidas na descrição de cada item, mediante abertura mensal, sendo passível o uso de quilometragem excedente, quando necessário.

4.27.1 Caso não haja abertura da franquias, fica a CONTRATANTE, desobrigada de realizar pagamentos de qualquer espécie.

## **5 DA ESTIMATIVA DO VALOR A SER CONTRATADO**

Um possível Orçamento aberto ocasionaria preços que não se afastariam do valor inicial, prejudicando a apresentação da melhor proposta à Administração Pública. Também entendem dessa forma os autores Zymler e Dios, que afirmam o seguinte:

*A não divulgação do orçamento tem por objetivo evitar que as propostas/lances gravitem em torno do orçamento fixado pela administração. Essa*

*medida deve se mostrar particularmente eficaz quando houver a ocorrência de lances fechados, pois, sem as balizas dos outros licitantes e do orçamento da administração, o competidor deve, já nessa etapa, oferecer um preço realmente competitivo e dentro do limite de sua capacidade de executar a avença com uma lucratividade adequada.*

Sendo assim, consegue-se ampliar a competitividade do certame, pois serão apresentadas melhores propostas para Administração. Caso assim não proceda, esse competidor corre o risco de ser desclassificado sem a possibilidade de apresentar outra proposta mais competitiva, de acordo com os critérios que regem a apresentação de lances.

Deste modo, verifica-se maior vantajosidade ao Município de Juatuba em se manter o Orçamento Sigiloso até a fase posterior de Lances do Pregão Eletrônico, e assim, evitar preços que orbitem o valor obtido nos Orçamentos.

## **6 DA ACEITABILIDADE DO OBJETO – NA ENTREGA**

6.1 O recebimento inicial do veículo, referente ao primeiro atendimento para prestação de serviço da Ata, ocorrerá no momento de apresentação do mesmo, devendo o veículo ser apresentado em até 30 dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento e/ou Ordem de Serviço.

6.2 Mensalmente, os serviços prestados serão recebidos no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do fechamento da franquia mensal, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, na falta da prestação de serviços, haverá a glosa proporcional aos dias sem disponibilidade do veículo, que será calculada pelo Setor de Transportes e/ou fiscal do Contrato.

6.2.1 A emissão da nota será autorizada apenas mediante eventuais ajustes entre CONTRATADO e CONTRATANTE.

Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

## **7 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

7.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

7.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que: a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

7.3 A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital.

7.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência,

com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

**7.5** A Ata de Registro de Preço, com a indicação dos fornecedores e os preços registrados, deverá ser disponibilizada no PNCP, observada a regra prevista no art. 176 da Lei 14.133/2021.

**7.6** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**7.7** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

**7.8** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **01 (um) ano** podendo ser prorrogado por igual período desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

## **8 DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**8.1** Compete à(s) Secretaria(s) Municipal(is) requisitante(s) a gestão, o acompanhamento, controle e fiscalização da execução da ata/contrato, bem como a expedição das autorizações de serviços/ fornecimentos / entrega, competindo-lhe ainda atestar as faturas / notas fiscais encaminhando-as para fins de pagamento.

**8.2** Gestor responsável:

Nome	<b>José Márcio de Oliveira</b>
Função	<b>Secretário Municipal de Administração</b>
Telefone	<b>(31)</b>

**8.3** Fiscal responsável:

**8.4** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**8.5** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos;

**8.5.1** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados

**8.6** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

**8.6.1** O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

**8.7** O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se

verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

- 8.8 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.
- 8.9 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 8.9.1 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.
- 8.10 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 8.11 Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação de habilitação da empresa;
- 8.12 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e Municipais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 8.13 Poderão ser exigidos, a qualquer momento, os documentos que comprovem o vínculo dos motoristas, bem como sua regularidade frente a legislação vigente.

Nome	Bruna Carolina De Oliveira Pereira
Função	Coordenadora de Área
Unidade de serviço	Setor de Transporte
Telefone	(31) 3535-9404
E-mail	transporte@juatuba.mg.gov.br

## 9 DA FORMA DE FATURA E PAGAMENTO

- 9.1 Os relatórios de prestação de serviços serão efetuados no primeiro dia útil subsequente ao mês da prestação do serviço e os pagamentos serão realizados em até 15 (quinze) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, aprovada pelo Órgão responsável pelo serviço, ou no primeiro dia útil subsequente, se o vencimento ocorrer em dia em que não houver expediente na Prefeitura Municipal.
- 9.2 O MUNICÍPIO DE JUATUBA solicitará à CONTRATADA, na hipótese de glosas ou incorreções de valores, a correspondente retificação objetivando a emissão da nota fiscal/fatura.
- 9.3 Serão considerados somente os serviços efetivamente realizados e apurados, descontadas as quantidades de serviços não aceitas e/ou glosadas, pelo MUNICÍPIO DE JUATUBA por motivos imputáveis à CONTRATADA, bem como



as multas estabelecidas em termos de quantitativos de serviços, previstas em Contrato.

9.3.1 Caso algum veículo locado não esteja disponível para utilização, respeitando os prazos de manutenção e reposição dos veículos inaptos ao uso estabelecidos no item 6, será deduzido do valor mensal da fatura, o período proporcional (em dias) no qual o veículo não estava disponível).

9.4 Mediante os devidos alinhamentos necessários e, após emissão e aceite da nota fiscal, a mesma será encaminhada para pagamento, acompanhada do comprovante de recolhimento de multas aplicadas no período, se houver.

9.5 O pagamento será efetuado através de Depósito Bancário, em Conta Corrente da Contratada, descrita na Nota Fiscal.

9.6 A liberação do pagamento estará condicionada à apresentação por parte da Contratada de cópia das guias de recolhimento de INSS, FGTS, Folha de Pagamento da respectiva mão de obra utilizada no período e ainda CND Federal, CND Municipal, CNDT e CRF do FGTS juntamente com a Nota Fiscal/fatura.

## **10 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

10.1 Os recursos financeiros para o pagamento correrão por conta das dotações abaixo no presente exercício e por dotação equivalente no exercício subsequente.

<b>SECRETARIA</b>	<b>FICHA</b>	<b>FONTE</b>	<b>DOTAÇÃO</b>
Saúde	517	1.500	0001.0910.08.0122.0100.2196.3390390000
Meio Ambiente	996	1.500	0001.1110.01.0122.0100.2243.3390390000
Educação	276	1500	0001.0721.12.0361.0102.2146.3390390000

## **11 DA RESPONSABILIDADE E DIREITOS DAS PARTES**

### **11.1 DA CONTRATANTE**

11.1.1 Utilizar o veículo apenas para o fim que se destina, obedecida a legislação vigente;

11.1.2 Pagar pelos serviços prestados da forma estabelecida no edital;

11.1.3 Identificar os usuários autorizados a receber os veículos, através do preenchimento de relação de veículos e usuários;

11.2 Comunicar à(s) CONTRATADA(s) qualquer(is) irregularidade(s) que venha(m) a ocorrer durante a execução do instrumento de contrato.

11.3 Atestar a execução do objeto contratado no documento fiscal correspondente;

11.4 Cumprir e fazer cumprir as cláusulas do contrato;

11.5 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela CONTRATADA, em relação ao objeto licitado;

11.6 Fiscalizar a execução do objeto contratado, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da(s) contratada(s) pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

- 11.7 Rejeitar o objeto da licitação de má qualidade ou em desconformidade com as especificações constantes no Termo de Referência;
- 11.8 Realizar a glosa dos pagamentos proporcionalmente ao período em que o serviço não for prestado de forma adequada.

#### **11.1 DA CONTRATADA**

- 11.2 Manter os veículos em plenas condições de manutenção, principalmente atendendo aos quesitos de segurança.
- 11.3 Manter os veículos em plenas condições de regulamentação frente aos órgãos de transporte como o DETRAN/MG e o CONTRAN.
- 11.4 Ter cobertura de riscos para danos materiais causados a terceiros, danos corporais causados a terceiros, acidente por passageiro no caso de morte e no caso de invalidez.
- 11.5 Arcar com as despesas de emplacamento, IPVA e Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil;
- 11.6 Substituir o veículo por outro similar, imediatamente em caso de manutenção preventiva/corretiva e no prazo máximo de 01 (uma) hora, em caso de sinistro, roubo, incêndio ou perda total, conforme citado no item 6.12.
  - 11.6.1 Arcar com todas as multas de trânsito dos veículos após a contratada apresentar as notificações e/ou multas e o comprovante de pagamento da infração.
  - 11.6.2 Arcar com todas as despesas de combustíveis e operação do veículo, bem como, salários e encargos dos motoristas;
- 11.7 Promover a substituição do veículo por outro de mesma marca, modelo e características descritas no objeto deste contrato, quando o veículo completar 150.000 (cento e cinquenta mil) quilômetros;
- 11.8 Entregar na data aprazada e no local combinado, o serviço / produto descrito e especificado na sua proposta, em perfeitas e absolutas condições de uso.
- 11.9 A contratada deverá:
  - 11.9-12 Executar o objeto desta licitação, obedecendo rigorosamente às normas inerentes à atividade empresarial e instruções da fiscalização da Prefeitura.
  - 11.9-13 Informar à fiscalização do contrato a ocorrência de quaisquer atos, fatos ou circunstâncias que possam atrasar ou impedir a execução do objeto desta licitação dentro do prazo previsto, sugerindo as medidas que melhor entender para corrigir a situação.
  - 11.9-14 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste edital, sob pena de rescisão do contrato administrativo, bem como a documentação do veículo locado em conformidade com a legislação.
  - 11.9-15 Não ceder ou transferir a terceiro, no todo ou em parte, o objeto deste processo licitatório, sem a anuência da CONTRATANTE.
  - 11.9-16 Responder pelos atos de seus empregados, bem assim por danos ou prejuízos causados à Prefeitura de Juatuba ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados.

- 11.10** Durante toda a vigência contratual, a CONTRATADA se responsabiliza por manter sua frota de veículos atualizada, vindo a substituir os veículos com problemas recorrentes.

## **12 DO REAJUSTE / REEQUILÍBRIO**

- 12.1** Quanto às condições para alteração de preços, este estará sujeito a solicitação explícita e fundamentada pelo fornecedor.
- 12.1-12** Quanto ao reajuste, será aplicado o índice IGP-M, mediante solicitação, após o interregno mínimo de 12 meses, a contar da proposta ajustada.
- 12.1-13** O preço fixado poderá ser alterado por reajuste ou revisão a fim de assegurar o equilíbrio econômico financeiro do Contrato, de acordo com a Legislação vigente.
- 12.1-14** Os valores resultantes de dissídio coletivo e aumento do salário mínimo estarão sujeitos a reequilíbrio, desde que haja alteração no piso da categoria e sua incidência seja comprovada, sendo no mesmo percentual concedido a título de dissídio, acordo ou convenção coletiva.
- 12.1-15** Para obtenção do reequilíbrio econômico-financeiro e/ou reajuste a CONTRATADA deverá formalizar, mediante realização de protocolo.

## **13 - DAS CONDIÇÕES GERAIS**

- 12.1** De acordo com o Decreto Municipal nº 2.911/2023, que dispõe sobre a retenção de tributos no pagamento aos fornecedores por órgãos da Administração Direta, as Entidades Autárquicas e Fundacionais do Município de Juatuba, acompanhado do manual e da Portaria que definem as novas regras de incidência e retenção do Imposto de Renda, município de Juatuba será responsável pelo recolhimento/retenção do I.R – Imposto de Renda, sobre o valor referente aos serviços prestados.
- 12.2** O Município não será responsável por quaisquer ônus, direito ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista tributária, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à fornecedora vencedora.
- 12.3** A contratante poderá requisitar acréscimos aos quantitativos previstos para atendimento de necessidades eventuais ou permanentes, bem como a supressões de até 25%, observados os limites legais.

## **14 - DA ASSINATURA DO CONTRATO**

- 13.1** O Município de Juatuba/MG convocará o licitante vencedor para assinar o contrato em até 05 (cinco) dias úteis.
- 13.2** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez por igual período quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo adjudicatário, por escrito, desde que ocorram motivos determinantes, aceitos pelo Município de Juatuba/MG.
- 13.3** Convocado, na forma dos itens 21.4 e 21.5, o adjudicatário que não comparecer no prazo e condições estabelecidas, decairá do direito à contratação, ficando sujeito às penalidades cabíveis.

13.4 Na hipótese do item 17.3, o Município de Juatuba/MG convocará outro adjudicatário, observada a ordem de classificação na licitação.

13.5 No momento de assinatura da Ata, caberá ao licitante homologado apresentar a relação dos veículos que serão direcionados para o atendimento inicial da Ata, informando as marca e modelos ofertados se enquadram no descritivo exigido neste Termo de Referência, passíveis de efetivação do serviço mediante envio da Autorização de Fornecimento.

13.5.1 Esta relação deverá ser enviada ao Setor de Contratos, que submeterá a avaliação do Setor de Transportes da Prefeitura de Juatuba, na pessoa da sra. Bruna Carolina De Oliveira Pereira, Coordenadora de Área.

13.5.2 Caso haja alguma divergência, o fornecedor terá o prazo de 24 para envio de nova listagem.

#### **14 - SUBCONTRATAÇÃO**

14.1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Juatuba, 29 de fevereiro de 2024

**José Marcio de Oliveira**  
**Secretário Municipal de Administração**

### **ANEXO II – MODELO PROPOSTA DE PREÇOS**

PROCESSO LICITATÓRIO N.º \_\_\_\_/2023

PREGÃO ELETRÔNICO N.º \_\_\_\_/2023

À Prefeitura Municipal de Juatuba/MG

Att. Sr(a) Pregoeiro(a)/ Equipe de apoio

**LOTE 001 – VEÍCULO (05 LUGARES)**

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
04	<b>KILOMETRAGEM EXCEDENTE A FRANQUIA PARA VEÍCULOS</b> Para o veículo tipo veículo de passeio 4 passageiros em até 70% do valor do km	36000	km		Preço por km	Preço unitário x total de km
09	<b>LOCAÇÃO DE VEÍCULO DE PASSEIO (04 PORTAS) COM CONDUTOR (SAÚDE)</b> Locação de veículos de passeio de fabricação nacional, com condutor, com combustível, com manutenção preventiva e/ou corretiva inclusas e seguro contra terceiros. Veículo hatch, com capacidade 04 (quatro) passageiros, 04 portas laterais, motor 03 cilindros, bicomcombustível (gasolina/álcool) potência igual ou superior a 82 cv, motor 1.0 ou superior, direção elétrica, ar condicionado, vidros elétricos nas portas, trava elétrica das 04 portas, compartimento de carga com capacidade mínima de 280 litros, desembaçador do vidro traseiro, sistema de partida a frio sem reservatório adicional de gasolina, RÁDIO AM/FM COM SAÍDA USB. ANO DE FABRICAÇÃO 2022 / MODELO 2022 OU POSTERIOR. - Incluso sistema de telemetria (rastreador). - Franquia de 4.000km / mês com excedente de até 2000 km a até 70% do valor do km - Veículo de cor BRANCA e CINZA	60	<b>SV</b> Cada 12 meses = 01 veículo		Preço para 12 meses	Preço unitário x 5
<b>TOTAL GERAL</b>						

**LOTE 002 – VEÍCULO (07 LUGARES)**

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
05	<b>KILOMETRAGEM EXCEDENTE A FRANQUIA PARA VEÍCULOS</b> Para o veículo tipo veículo de passeio 6 passageiros em até 70% do valor do km	24000	km		Preço por km	Preço unitário x total de km
08	<b>LOCAÇÃO DE VEÍCULO DE PASSEIO (04 PORTAS) COM CONDUTOR (SAÚDE)</b> Locação de veículo de passeio (04 portas), com condutor, com combustível, com manutenção preventiva e/ou corretiva inclusas e seguro contra terceiros. Veículo tipo minivan, com capacidade mínima de 06 (seis) passageiros, 04 portas laterais, motor 04 cilindros, bicomcombustível (gasolina/álcool) potência igual ou superior a 106 cv, motor mínimo 1.6, direção elétrica, ar condicionado, vidros elétricos nas portas, trava elétrica das 04 portas, Compartimento de carga com capacidade mínima de 160, desembaçador do vidro traseiro, sistema de partida	36	<b>SV</b> Cada 12 meses = 01 veículo		Preço para 12 meses	Preço unitário x 5

	a frio, rádio AM/FM com saída USB. Ano de fabricação 2022 / modelo 2022 ou posterior. - Incluso sistema de telemetria (rastreador). - Franquia de 4.000km / mês com excedente de até 2000 km a até 70% do valor do km - Veículos de cor BRANCO e CINZA					
	<b>TOTAL GERAL</b>					

**LOTE 03****LOTE 04****LOTE 05****\*Preencher a proposta de acordo com o Termo de Referência.**

Declaramos estar de acordo com todas as cláusulas e anexos deste edital.

**A proposta deve ser identificada e conter TODOS os dados abaixo.**

Empresa/Proponente: \_\_\_\_\_

CNPJ/CPF: \_\_\_\_\_

Nome do Representante Legal: \_\_\_\_\_

CPF do Representante Legal: \_\_\_\_\_

Validade da Proposta: \_\_\_\_\_ (Mínimo: 60 dias)

Endereço \_\_\_\_\_

Telefone ( ) \_\_\_\_\_ . celular ( ) \_\_\_\_\_

E-mail 1 \_\_\_\_\_ E-mail

2 \_\_\_\_\_

Dados bancários: Banco \_\_\_\_\_ Agência \_\_\_\_\_ Conta corrente \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal**ANEXO III – MODELO DE MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**



## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº

A Prefeitura Municipal de Juatuba com sede na Praça dos Três Poderes s/nº, Centro, na cidade de Juatuba/ MG, inscrita no CNPJ sob o nº 64.487.614.0001/22 neste ato representado(a) pelo(a) ..... (*cargo e nome*), considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS processo administrativo n.º ....., RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e suas alterações, no Decreto Municipal nº 2896 de 03 de fevereiro de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a futura e eventual **locação de veículos com combustível e condutor** para atender as demandas das secretarias do Município, conforme descrito no termo de Referência do edital do Pregão Eletrônico nº ...../202..., que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

### 2. CLÁUSULA SEGUNDA- DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 Os preços unitários registrados, especificações e quantitativos são os descritos na tabela abaixo:

(Colocar o item do vencedor com quantitativo e preço)

2.2 O valor total da eventual contratação de todos os itens e quantitativos da ATA é de R\$ ..... (colocar o valor por extenso).

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA- DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

### 4. CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA



**4.1** Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, terá a vigência de 1 (um) ano, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade, com efeitos a contar da assinatura desta ata.

**4.2** No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

**4.3** O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

## **5. CLÁUSULA QUINTA- DA ENTREGA/FORNECIMENTO**

**Conforme Termo de Referência**

## **6. CLAUSULA SEXTA- DOS PAGAMENTOS**

**6.1** Os relatórios de prestação de serviços serão efetuados no primeiro dia útil subsequente ao mês da prestação do serviço e os pagamentos serão realizados em até 15 (quinze) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, aprovada pelo Órgão responsável pelo serviço, ou no primeiro dia útil subsequente, se o vencimento ocorrer em dia em que não houver expediente na Prefeitura Municipal.

**6.2** O MUNICÍPIO DE JUATUBA solicitará à CONTRATADA, na hipótese de glosas ou incorreções de valores, a correspondente retificação objetivando a emissão da nota fiscal/fatura.

**6.3** Serão considerados somente os serviços efetivamente realizados e apurados, descontadas as quantidades de serviços não aceitas e/ou glosadas, pelo MUNICÍPIO DE JUATUBA por motivos imputáveis à CONTRATADA, bem como as multas estabelecidas em termos de quantitativos de serviços, previstas em Contrato.

**6.3.1** Caso algum veículo locado não esteja disponível para utilização, respeitando os prazos de manutenção e reposição dos veículos inaptos ao uso estabelecidos, será deduzido do valor mensal da fatura, o período proporcional (em dias) no qual o veículo não estava disponível).

**6.4** Mediante os devidos alinhamentos necessários e, após emissão e aceite da nota fiscal, a mesma será encaminhada para pagamento, acompanhada do comprovante de recolhimento de multas aplicadas no período, se houver.

**6.5** O pagamento será efetuado através de Depósito Bancário, em Conta Corrente da Contratada, descrita na Nota Fiscal.

**6.6** A liberação do pagamento estará condicionada à apresentação por parte da Contratada de cópia das guias de recolhimento de INSS, FGTS, Folha de Pagamento da respectiva mão de obra utilizada no período e ainda CND Federal, CND Municipal, CNDT e CRF do FGTS juntamente com a Nota Fiscal/fatura.

## **7. CLAUSULA SÉTIMA– COMPROMISSO DO FORNECEDOR**

**7.1** A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

**7.2** Não subcontratar parcialmente ou totalmente o objeto desta Ata.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

**8.1** A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecendo a legislação vigente.

**8.2** A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata depende de autorização da autoridade competente.

**8.3** A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice IGPM, tendo por termo inicial a data da apresentação da proposta e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

**8.4** O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.

**8.5** O transcurso do período citado no item 8.3 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

**8.6** Os valores resultantes de dissídio coletivo e aumento de salário mínimo estarão sujeitos à reequilíbrio, desde que haja alteração no piso da categoria e sua incidência seja comprovada, sendo no mesmo percentual concedido á título de dissídio, acordo ou convenção coletiva.

## **9. CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO/ATA**

**9.1** O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

**9.1.1** for liberado por razão do interesse público;

**9.1.2** descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

**9.1.3** não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

**9.1.4** sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

**9.2** No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

**9.3** O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

**10.1** Constituem obrigações do Fornecedor:

**10.1.1** assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de xxx (xxxx) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;

**10.1.2** responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;

**10.1.3** manter as condições de habilitação;

**10.1.4** manter atualizado seu cadastro no Cadastro de Fornecedores do município, durante a vigência da presente ata.

**10.1.5** É obrigação do licitante, realizar todas as entregas requisitadas mediante Autorização de Fornecimento.

**10.1.6** Manter os veículos em plenas condições de manutenção, principalmente atendendo aos quesitos de segurança.

**10.1.7** Manter os veículos em plenas condições de regulamentação frente aos órgãos de transporte como o DETRAN/MG e o CONTRAN.

**10.1.8** Ter cobertura de riscos para danos materiais causados a terceiros, danos corporais causados a terceiros, acidente por passageiro no caso de morte e no caso de invalidez.

**10.1.9** Arcar com as despesas de emplacamento, IPVA e Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil;

**10.1.10** Arcar com todas as multas de trânsito dos veículos após a contratada apresentar as notificações e/ou multas e o comprovante de pagamento da infração.

**10.1.11** Arcar com todas as despesas de combustíveis e operação do veículo, bem como, salários e encargos dos motoristas;

**10.1.10** Substituir o veículo por outro similar, imediatamente em caso de manutenção preventiva/corretiva e no prazo máximo de 01 (uma) hora, em caso de sinistro, roubo, incêndio ou perda total, conforme citado no item 3.

**10.1.11** Promover a substituição do veículo por outro de mesma marca, modelo e características descritas no objeto deste contrato, quando o veículo completar 150.000 (cento e cinquenta mil) quilômetros;

**10.1.12** Entregar na data apazada e no local combinado, o serviço / produto descrito e especificado na sua proposta, em perfeitas e absolutas condições de uso.

**10.1.13** A contratada deverá:

A) Executar o objeto obedecendo rigorosamente às normas inerentes à atividade empresarial e instruções da fiscalização da Prefeitura.

B) Informar à fiscalização do contrato a ocorrência de quaisquer atos, fatos ou circunstâncias que possam atrasar ou impedir a execução do objeto desta licitação dentro do prazo previsto, sugerindo as medidas que melhor entender para corrigir a situação.

C) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste edital, sob pena de rescisão do contrato administrativo, bem como a documentação do veículo locado em conformidade com a legislação.

D) Não ceder ou transferir a terceiro, no todo ou em parte, o objeto deste processo licitatório, sem a anuência da CONTRATANTE.

E) Responder pelos atos de seus empregados, bem assim por danos ou prejuízos causados à Prefeitura de Juatuba ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados.

**10.1.14** Durante toda a vigência contratual, a CONTRATADA se responsabiliza por manter sua frota de veículos atualizada, vindo a substituir os veículos com problemas recorrentes.

**E DEMAIS OBRIGAÇÕES CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA/EDITAL.**

**11. CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DO FORO**

**11.1** Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca da Juatuba/MG.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA PUBLICIDADE**

**12.1** O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do município e a Ata de Registro de Preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no portal da internet [www.juatuba.mg.gov.br](http://www.juatuba.mg.gov.br) .

Juatuba, ..... de ..... de 2024.

**Prefeito Municipal**

**Representante Legal do**

**Contratado**

**Secretario(a) Municipal**

**Testemunhas:**

**ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO Nº**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO COMO "CONTRATANTE", O MUNICÍPIO DE JUATUBA E DE OUTRO LADO COMO "CONTRATADA", A EMPRESA XXXXXXXXXX, EM CONFORMIDADE COM AS CLÁUSULAS ABAIXO:**

**O MUNICÍPIO DE JUATUBA, CNPJ nº 64.487.614/0001-22**, com sede na Praça dos Três Poderes, s/nº, Centro – Juatuba/MG, CEP: 35.675.000, neste ato representado pelo Sr. Antônio Adônis Pereira, Prefeito Municipal de Juatuba, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a (o) empresa **XXXXXXXXXX**, com sede à xxxxxx, xxxxxxxx, CEP xxxxxxxx, tel xxxxxxxxxxxxxx/ xxxxxxxxxxxxxx, e-mail: xxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito no **CNPJ XXXXXXXXXX**, doravante denominada **CONTRATADA**, por seu representante legal, xxxxxxxxxxxxxx, portador do CPF xxxxxxxxxxxxxx, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas e condições seguintes. Tem entre si, justo e contratado o presente instrumento particular de contrato de prestação de serviços, cessão de direito de uso de bens e outras avenças, de acordo com as seguintes cláusulas e condições a seguir.

**CLÁUSULA PRIMEIRA- DO FUNDAMENTO**

**1.1-** A presente Contratação decorre de **(MODALIDADES LICITATÓRIAS)**, efetuada com base no **Parecer de Nº XXXXXXXXXX**, nos termos do inciso (HIPÓTESES DO ART. 5, DA LEI 14.133/2021) e legislação em vigor

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

**2.1-** O objeto do presente contrato é a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E UTILITÁRIOS COM COMBUSTÍVEL E MOTORISTA, conforme especificado no termo de referência que é parte integrante do presente contrato, e a seguir:

Ficha: Dotação: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Item	Código	Descrição do Serviço	Quantidade	Unid	Valor Unitário	Valor Total
XXXX	XXXXXXXXX X	XXXXXXXXXXXXXXXXXX				

**Total Geral : R\$**

### CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

**3.1** - O prazo de vigência da contratação é de XXXXXXXXXX contados do(a) XXXXXXXXXX, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

**3.1.1-** A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

### CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

**4.1-**

**Nota Explicativa:** **COLOCAR AQUI** - O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo conforme o Termo de Referência.

### CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

**5.1** – É vedada a subcontratação deste objeto.

### CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR, FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

**6.1-** O valor mensal da contratação é de R\$ ..... (.....), perfazendo o valor total de R\$ ..... (.....).

**6.1.1** - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**6.1.2-** O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**6.1.3–** Os relatórios da prestação dos serviços serão efetuados no primeiro dia útil subsequente ao mês da prestação dos serviços e os pagamentos serão realizados em até 15 (quinze) dias após a entrega da Nota Fiscal/fatura, aprovada pelo órgão responsável pelo serviço, ou no primeiro dia útil subsequente, se o vencimento ocorrer em dia que não houver expediente na Prefeitura Municipal de Juatuba

**6.1.4-** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

**6.1.5 -** A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

**6.1.6-** Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

**6.1.7-** O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**6.1.8-** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

**6.1.9-** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ou mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

**6.1.10** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE**

**7.1-** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em \_\_/\_\_/\_\_ (DD/MM/AAAA).

**7.2 -** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice \_\_\_\_\_ (indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**7.3** - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**7.4** - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**7.5** - O reajuste será realizado por apostilamento.

## **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES**

### **8.1 - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1.1- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3- Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4- Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5- Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

8.1.6- Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

8.1.7- Cientificar a Procuradoria Geral e Comissão de responsabilização para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.8- Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.9- A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **8.2- OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

**8.2.1-** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em todos os anexos do edital, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas



decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**8.2.2-** manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

**8.2.3-** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

**8.2.4-** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

**8.2.5-** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

**8.2.6-** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**8.2.7** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

**8.2.8-** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

**8.2.9-** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

**8.2.10** - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

**8.2.11** - Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

**8.2.12** - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

**8.2.13** - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

**8.2.14** - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

#### **CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)**

**9.1** - A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021 em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial/total/anual do contrato. Modalidades de garantia especificadas no Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

**10.1** - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**10.2** - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
- iv) **Multa:**

**10.3** - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

**10.4** - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

**10.4.1** - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

**10.4.2** - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

**10.5** - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

**11. 1** – A extinção do contrato poderá ser, conforme regulado pela Lei nº. 14.133/2021:

- a - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

**USAR ESSA REDAÇÃO PARA CONTRATOS DE SERVIÇOS CONTÍNUOS - Nota Explicativa:**

*A sistemática acima decorre do que dispõe o art. 106, III e §1º da Lei nº 14.133/21. Para a sua compreensão, vale trazer um exemplo:*

*Um contrato firmado em 20 de maio de 2022 fará aniversário no dia 20 de maio dos anos subsequentes. Supondo-se que se chegue à conclusão pela descontinuidade do contrato, seja por razões orçamentárias, seja por ausência de vantagem na permanência, há três possibilidades:*

*1) Se a comunicação à empresa da rescisão ocorrer até 20 de março (dois meses antes da data de aniversário), a extinção poderá ocorrer na data de aniversário, ou seja, 20 de maio.*

*2) Se ela se der entre 20 de março e 20 de maio (menos de dois meses), fica garantida a vigência contratual por mais dois meses (portanto, por exemplo, se a notificação for em 20 de abril, a extinção seria em 20 de junho).*

*3) Por fim, uma comunicação de extinção havida após a data de aniversário só teria efeito no aniversário subsequente.*

**11.2 - Além das hipóteses acima, o contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.**

**11.2.1 - A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.**

**11.2.2 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.**

**11.3 - A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.**

**11.3.1.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.**

**11.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:**

**11.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;**

**11.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;**

**11.4.3 Indenizações e multas.**

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

**13.1** - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**13.2** - O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**13.3** - As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

**13.4** - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORO**

É eleito o Foro da Comarca de Juatuba/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Juatuba, data

Antônio Adônis Pereira

**Prefeito Municipal de Juatuba**

**Secretário Municipal**

**Contratada**

**Testemunhas:**

Sara Vilaça

CPF:

\_\_\_\_\_  
CPF:

**ANEXAR JUNTO AO CONTRATO O TERMO DE REFERÊNCIA**

